

PLANO DE GOVERNO DE GUSTAVO HENRIQUE GOVERNADOR 51 E DA PROFESSORA JÔ VICE-GOERNADORA

INTRODUÇÃO

As referências ao seu enorme potencial de geração de riquezas fazem do Piauí uma referência. Abundantes mananciais subterrâneos, enorme potencial turístico, sítios arqueológicos de significância mundial, imensa capacidade de produção agrícola, invejável potencial de geração de energia solar e eólica, ricas jazidas minerais. Mas a realidade é cruel: mesmo com todo este potencial, o Piauí e seu povo são pobres. Esta situação precisa mudar! Este potencial precisa de fato ser transformado em riqueza, em qualidade de vida, em oportunidades de trabalho e em bem-estar social. O objetivo do exercício de Poder por um Governante é cuidar das pessoas e procurar diminuir as diferenças e proteger os fracos. É importante entregar serviços de qualidade para a população, especialmente segurança, saúde e educação, mantendo a ordem básica, além de criar um ambiente de negócios propício à geração de emprego e renda. Um Piauí organizado, por meio de um programa de incentivos bem formatado, que ofereça condições adequadas de infraestrutura e segurança jurídica, com o fim de atrair empresas e gerar riquezas. Os serviços públicos têm grande impacto na vida da população, principalmente nas camadas mais carentes da sociedade. Em um Estado como o Piauí, com cerca de 3,2 milhões de pessoas e o 24º IDH do Brasil, a responsabilidade dos gestores é ainda maior. Nas últimas décadas, não obstante avanços inerentes ao próprio desenvolvimento tecnológico global, as condições de vida dos piauienses mantiveram-se como um grande desafio para a Administração Pública. Ademais, existe um profundo descontentamento da sociedade com seus representantes, o que gera inclusive desconfiança na própria democracia. A Administração Pública existe para servir aos cidadãos e não para servir as elites políticas. A indignação/insatisfação deve ser transformada em esperança na construção de um Piauí melhor. Devemos, iniciar um movimento para dar maior eficácia e efetividade à atuação do Poder Público, e reduzir o distanciamento entre o Estado e o POVO. Em momentos de crise, o desafio do Gestor Público é entender as exigências e as necessidades de cada um dos múltiplos setores que compõem o Estado – trabalhadores, empresários, servidores públicos etc –, gerenciar os recursos disponíveis de forma eficiente, criteriosa e transparente, e estabelecer uma boa comunicação com a sociedade na busca de um enfrentamento aos problemas, concretizar os desejos e os sonhos e melhorar a vida da população. O sucesso de um Governo reside no alinhamento das forças motrizes para trabalharem com o mesmo objetivo. O Gestor moderno precisa entender que a sociedade deixou de ser mera expectadora para se tornar protagonista de seu destino, exigindo resultados positivos e comportamento ético de seus representantes. A atual crise política, econômica e moral que o Brasil atravessa é demonstração inequívoca da falência do modelo político-administrativo vigente. A população não aceita mais a má gestão, a corrupção e o descaso com a coisa pública. O Piauí está estagnado e precisamos motivar a nossa gente para apresentar alternativas para conduzir os

destinos do Estado. O foco é praticar a boa política, voltada para uma administração ousada, moderna e transparente, exercida por uma equipe capacitada, seguindo critérios técnicos para a tomada de decisão. Promover uma gestão fiscal responsável e conduzir políticas públicas de ESTADO adequadas e com eficiência para atender o interesse público, mediante avaliação dos resultados e com participação popular de forma organizada. A partir da palavra-chave PLANEJAMENTO será possível se definir um leque de programas estruturantes e estabelecer uma agenda objetiva com metas a partir das prioridades da sociedade, com parâmetros reais de acompanhamento e monitoramento das ações delas decorrentes. Para evitar distorções e corrigir a rota, é indispensável uma agenda definida e propositiva. Não se pode mudar aquilo que não se pode mensurar. É urgente a elaboração de uma agenda estratégica de desenvolvimento, com ações estruturantes, em especial nos principais setores responsáveis pela geração de emprego e renda, ouvindo a sociedade civil organizada e as propostas do setor produtivo – Associação Industrial do Piauí (AIP), FECOMÉRCIO, FIEPI, SEBRAE, Associação Comercial, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Associação dos Jovens Empresários (AJE) e os representantes do Agronegócio e os Sindicatos dos Trabalhadores em geral. Neste momento de crise do Estado Brasileiro, com recursos limitados, uma das prioridades será trabalhar junto com a iniciativa privada, por meio de parcerias, no intuito de viabilizar investimentos que gerem empregos e aumentem a renda dos piauienses.

A seguir seguem o Plano de Governo de Gustavo Henrique Governador e Marizete Moreira de Andrade Vice-Governadora que será registrado em cartório e assinado uma cláusula de renúncia por descumprimento.

1. PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA.

A máquina pública tornou-se paquidêmica, com a surreal quantidade de mais de 50 órgãos públicos, com secretarias superpostas a outras com os mesmos objetivos e várias coordenadorias com status de Secretaria, muitas das quais com duplicidade de atribuições ou mesmo sem atribuições que justifiquem suas existências. Ademais, as coordenadorias estaduais foram autorizadas a licitar e contratar obras e serviços de engenharia, gerando, na melhor das hipóteses, contrassensos ao possibilitar, a título de exemplificação, que coordenadorias de Juventude ou de apoio à Piscicultura venham a realizar obras de pavimentação. A Administração Pública deve priorizar a racionalização, a eficiência e a gestão voltada ao resultado. Ela existe para servir ao cidadão, e não como instrumento de acomodação das diversas forças partidárias. Os titulares de órgãos e entidades do Governo devem ser pessoas capacitadas, técnicas, com expertise e experiência na área de atuação, aliadas à capacidade política de liderar e desenvolver políticas públicas.

1.1 Finanças Públicas

As finanças públicas do Estado do Piauí estão em situação delicada. O Governo não honra as obrigações financeiras em relação a contrapartidas nas áreas da saúde, educação e os repasses de convênios para os municípios não são realizados ou feitos com atrasos. Diante disso, fornecedores já não confiam na capacidade de adimplemento do Estado e os municípios sofrem para realizar obras ou prestar serviços que dependam de recursos estaduais. A crise econômica atual é severa e prolongada. Exige-se, portanto, esforço dos gestores públicos na

melhor alocação dos recursos públicos disponíveis. Dentre os maiores desafios das finanças públicas, sobressai o enorme déficit do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Para contornar essa situação, algumas medidas são necessárias: - Reduzir e racionalizar a distribuição de unidades gestoras na Administração Direta e Indireta; - Implementar medidas de sustentabilidade do regime próprio de previdência do setor público, de modo a reduzir, progressivamente, o resultado previdenciário negativo; - Criar um Comitê de Gestão Fiscal responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação da política fiscal do Estado, com a meta de zelar pelo equilíbrio financeiro, pelo controle da dívida pública e dos gastos com pessoal; - Cumprir a “regra de ouro” das finanças públicas, para que as operações de crédito contraídas pelo Estado sejam utilizadas para despesas de investimentos, e não para aplicação em despesas correntes.

1.2 Eficiência da Máquina Pública

O Piauí gasta atualmente cerca de 45% de sua Receita Corrente Líquida com pessoal ativo e inativo, ultrapassando, por conseguinte, o Limite de Alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, o setor de serviços corresponde a quase 80% do Produto Interno Bruto do Estado, e, dentro deste setor, a Administração Pública responde por quase 40%. No Estado, quase 450 mil famílias – mais de 1,6 milhão de pessoas – recebem os benefícios do programa Bolsa-Família. Este número representa cerca de 50% da população. É o segundo Estado mais dependente deste programa, à frente apenas do vizinho Maranhão. Apenas 10% dos piauienses têm um Plano de Assistência Médica e, portanto, 90% são dependentes do Sistema Único de Saúde para cuidarem da saúde. Na educação, as escolas estaduais são responsáveis por quase 300 mil matrículas a cada ano. Em um cenário desse, proliferam-se órgãos com duplicidade de funções ou mesmo sem atribuições que justifiquem suas existências. Na esteira desse crescimento desordenado, advém a explosão de cargos e da folha de pagamento. O Estado tem hoje mais de 100.000 servidores ativos e inativos. Deste montante, mais de 60.000 são ativos, dos quais 14.000, isto é, mais de 25% são comissionados, terceirizados, contratados, voluntários ou estagiários; quantidade e percentual bastante acima do tolerável. Um Estado, cuja população vive neste nível de dependência do governo, não pode abrir mão da eficiência da máquina pública. Neste contexto, as propostas relativas a esta temática são: - Gerenciar os recursos públicos de forma criteriosa, eficaz e transparente, montando um time de gestores eminentemente técnicos – uma nova geração de especialistas capacitados e motivados para cuidar dos destinos do Estado; - Reduzir a estrutura administrativa, ao extinguir os órgãos desnecessários ou com superposição de finalidades e enxugar a folha de pagamento; - Valorizar e capacitar o servidor público, para que exerça sua missão de servir a população, sem privilégios e mordomias; - Criar e estruturar carreiras típicas de Estado na função de planejamento e orçamento e de especialista em políticas públicas, no quadro da Secretaria de Planejamento do Estado; - Revisar as políticas de benefícios fiscais, mediante análise de impacto orçamentário-financeiro e de custos e benefícios das medidas adotadas. Qualquer medida de renúncia fiscal deve ser transparente, para que os representantes e a população possam julgar sua viabilidade, além da adoção de compensação financeira exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal; - Renegociar os contratos administrativos com fornecedores de bens e prestadores de serviços, a fim de conter gastos e retomar a pontualidade dos pagamentos de contratos com o governo. - Estruturar equipe para análise de projetos e assistência técnica aos municípios na área de desenvolvimento urbano, visando à elaboração de programas e projetos para captação de recursos pelos municípios; - Criar um núcleo técnico de coordenação e planejamento com objetivo de fomentar, viabilizar e coordenar as obras estruturantes e/ou de

interesse do estado (planejamento, licitação e contratação); - Fortalecer, no âmbito da Secretaria de Planejamento, o Sistema de Monitoramento das Ações de Governo.

1.3 Transparência e Controle Social

A eficiência e austeridade de uma Administração estão diretamente ligadas ao seu nível de transparência e de controle social sobre suas ações. Neste contexto, serão ações do Governo:

- Adotar práticas de Orçamento Participativo por meio da utilização dos recursos tecnológicos, dando voz ao cidadão na escolha das prioridades da sociedade;
- Fortalecer a Controladoria-Geral do Estado, órgão de controle interno responsável pela boa gestão administrativa e fiscal da Administração Pública Estadual;
- Incorporar a Ouvidoria-Geral do Estado à Controladoria-Geral do Estado;
- Criar instrumentos para concretizar a Lei de Acesso à Informação Pública e fortalecer o SIC – Serviço de Informação ao Cidadão.

2. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

2.1 Educação

A educação é um direito universal de todo cidadão, e a principal mola propulsora de ascensão social. Para fornecer uma educação de qualidade para a população piauiense, buscar-se-á atingir as seguintes metas, conforme a faixa de ensino:

- Estimular, em parceria com as prefeituras municipais, a universalização da educação infantil para todas as crianças de 4 e 5 anos, e pelo menos 50% das crianças de até 3 anos de idade;
- Promover políticas que assegurem o acesso à escola e combatam a evasão, garantindo a permanência das crianças até a conclusão do Ensino Fundamental;
- Universalizar o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2022, a taxa de matrículas no ensino médio para 50%;
- Implantar em caráter definitivo as Escolas de Tempo Integral em todas as regiões do estado, com apoio à prática de esportes, atividades culturais, lazer e reforço escolar, além de ações para estimular a participação das famílias dos alunos nas atividades da escola.
- Assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação superior, obtida em curso de licenciatura na sua área de atuação;
- Fortalecer a educação básica, por meio de um Programa de Qualidade na Educação sustentado nos pilares: qualificação dos professores (oferta de cursos de capacitação); planos salarial e de carreira mais justos para professores e funcionários; e reestruturação física das escolas (reforma, manutenção, ampliação e modernização, aquisição de mobiliário, equipamentos e adequação tecnológica);
- Universalizar, para a faixa etária de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento na rede pública de ensino.
- Garantir a oferta de educação de jovens e adultos a todos que não concluíram o ensino na idade regular;
- Fortalecer o ensino técnico e tecnológico, como formação voltada para o mercado de trabalho nas regiões vocacionadas em suas áreas e para o projeto de desenvolvimento do Estado;
- Garantir a expansão da Universidade Aberta, de modo a alcançar todos municípios do Estado, por meio de parcerias com a UESPI, UFPI e IFPI, fortalecendo a Educação à distância;
- Fortalecer a UESPI para resgatá-la das condições precárias atuais em todo o Estado, por meio de melhorias em suas condições de infraestrutura, aumento do corpo docente e técnico, novo plano salarial, e apoio a projetos de Pesquisa e Extensão dando a Instituição a sua autonomia Administrativa e Financeira. A UESPI vive seu momento de maior dificuldade nos últimos vinte anos seus professores acumulam perdas salariais altíssimas nos últimos 10 anos;
- Encaminhar à Assembleia Legislativa projeto de lei que regule a autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial da UESPI.

2.2 Ciência, Tecnologia e Inovação

A inovação tecnológica é política de Estado prioritária em todos os estados da federação, por meio da Educação Científica e Tecnológica. É um passo determinante para o progresso do Piauí. A Ciência, Tecnologia e Inovação são fundamentais para inserção do Estado numa

sociedade globalizada, competitiva e inovadora; pontos essenciais para a transformação da sociedade como um todo. Todas as outras políticas públicas devem estar impregnadas pelo sopro da inovação tecnológica. - Implantar nos próximos quatro anos Centros Vocacionais Tecnológicos em cidades-polo distribuídas em todas as regiões do Estado, formando uma matriz de desenvolvimento das principais cadeias produtivas regionais; - Aperfeiçoar e ampliar as linhas de crédito disponíveis na Agência Piauí de Fomento com condições diferenciadas de análise de crédito, garantias, juros e prazos às empresas incubadas e às inovadoras; - Estimular o fortalecimento do modelo de incubação de empresas e apoiar as startups pelas incubadoras estaduais, incluindo a expansão dos ramos de atividades das empresas selecionadas para integrar as incubadoras; - Incentivar o apoio de grandes e médias empresas aos projetos de incubação de pequenos negócios inovadores; - Estimular as instituições de ensino, públicas e privadas, a manterem centros de pesquisas e promoverem estudos e feiras de tecnologia e inovação voltadas para os pequenos negócios; - Promover programas para formação e capacitação de pesquisadores e professores. - Disponibilizar internet de qualidade a todos os municípios do Piauí.

3. SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL A Rede Pública Estadual de Saúde administra dez Hospitais Regionais (Floriano, Bom Jesus, Campo Maior, Picos, Oeiras, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Valença), sete hospitais em Teresina e nove Hospitais nas cidades de Canto do Buriti, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Luzilândia, Parnaíba, São Miguel do Tapuio e Simplício Mendes. Dados recentes do Conselho Regional de Medicina do Piauí informam que a maioria dos médicos em atividade no Piauí, sendo + de 70% estão na capital e um pouco mais de 20% estão no interior. Considerando que 73% da população do estado residem no interior, tem-se a proporção de + - 1 médico para cada 2.269 habitantes no interior do Piauí (segundo a ONU, a relação adequada é de 1 médico para cada mil habitantes). Este número reduzido de médicos no interior tem origem, entre outros fatores, na falta de estrutura e resolutividade dos Hospitais Regionais e dos hospitais nos municípios e, como consequência, há necessidade de os pacientes se deslocarem a Teresina mesmo para tratamento de menor complexidade. Dados da Agência Nacional de Saúde (ANS) mostram que apenas 313 mil piauienses, cerca de 10% da população, possuem planos de assistência médica. Logo, 90% dos piauienses dependem do Sistema Único de Saúde. Portanto, é compromisso do Governo garantir o acesso e a resolutividade necessários para a assistência à saúde, com foco no SUS, em especial, por meio de uma política de fortalecimento dos hospitais regionais, objetivando dotá-los de equipamentos e profissionais que permitam prestar a adequada assistência à população, sem a necessidade de deslocamentos inter-regionais. Ademais, são propostas para fomentar a atenção à Saúde no Estado: - Priorizar a recuperação financeira do IASPI/PLAMTA; - Fortalecer o programa de atenção básica, mediante diálogo constante com os municípios por meio de um suporte técnico e financeiro; - Instituir contratos de gestão e termos de parceria com Organizações Sociais idôneas e experientes para o desenvolvimento de ações de saúde; - Promover a interiorização da assistência à saúde, mediante o estabelecimento de planos de carreira para os profissionais de saúde integrados ao SUS; - Promover parcerias com instituições formadoras de profissionais em saúde, principalmente piauienses, para qualificar os quadros do Estado; - Estabelecer interface com instituições para promover a formação e capacitação de recursos humanos para a gestão da saúde, estendendo a expertise do Polo de Saúde de Teresina para as instituições públicas do interior; - Implantar o

“salário emocional” no serviço público como estratégia de engajamento dos colaboradores e profissionais em benefício da assistência e qualidade em saúde; - Fortalecer e padronizar a assistência nos hospitais regionais, criar condições adequadas para os profissionais de saúde e garantir estabilidade profissional; - Adotar programas diferenciados na assistência às doenças crônico-degenerativas, tais como câncer, doenças do coração e trauma; - Estimular a promoção do diagnóstico precoce; - Criar postos de assistência especializada nos municípios em parceria com as prefeituras e a iniciativa privada; - Colaborar com instituições promotoras de programas de residências multiprofissionais e na formação dos seus interlocutores; - Promover e ampliar a assistência materno-infantil no período gestacional através do fortalecimento da Rede Cegonha com novos leitos neonatais e obstétricos; - Promover a assistência ao paciente psiquiátrico integrado na assistência global; - Estimular a implantação de programas de telemedicina para integrar diferentes áreas do Estado, qualificando profissionais da saúde, incorporar novas tecnologias e implantar o e-SUS; - Assegurar o fornecimento de medicamentos adequados à população; - Melhorar a assistência ao paciente usuário de drogas, adotando medidas de amparo e qualificação de profissionais da rede de saúde mental; - Consolidar uma rede estadual de assistência à pessoa portadora de necessidades especiais; - Fortalecer as macrorregionais de saúde, com suporte da Secretaria de Saúde do Piauí; - Incentivar e dar suporte à formação de conselhos locais de saúde; - Ampliar o investimento nas regionais de saúde na atenção básica, secundária e terciária; - Financiar pesquisas direcionadas à assistência em saúde no Estado, promovendo a qualificação, educação, capacitação e a produção de conhecimentos dentro do cluster de ação do SUS; - Ampliar a política de atendimento das pessoas com mais de 60 anos. - Implantar nos 10 hospitais regionais o AMBULATÓRIO DO TRABALHADOR, com horário de funcionamento das 18h às 22h para atender à população que trabalha em dois turnos e por isso tem dificuldades de acesso ao atendimento em saúde na rede pública.

4. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura no Piauí é uma das principais responsáveis pela dificuldade vivida pelo Estado. Políticas equivocadas conduziram a uma situação de deficiência nas diversas áreas cruciais para o desenvolvimento do Estado, como, por exemplo, na exploração de riquezas hídricas e minerais, na má manutenção e expansão da malha rodoviária, nos baixos investimentos em transmissão e distribuição de energia, no saneamento básico e na proteção ao meio ambiente.

4.1 Recursos Hídricos A riqueza hídrica é o grande diferencial do Piauí em relação aos demais estados nordestinos, à exceção do Maranhão. Entretanto, não existem políticas públicas que garantam o acesso à água em quantidade e qualidade adequada a todos piauienses, em especial aos residentes no semiárido. Este imenso potencial hídrico permanece incólume, sem gerar dividendos socioeconômicos que tragam desenvolvimento efetivo e qualidade de vida para toda população. Até hoje, o Piauí não dispõe de um plano efetivo de segurança hídrica. Não há monitoramento das condições das barragens, nem programa de manutenção e recuperação das mesmas. Mesmo diante da crise de abastecimento que se agrava a cada ano, em especial no semiárido, não há planejamento para utilização dos gigantescos mananciais de água subterrânea no território. Como resultado, há barragens em situação de risco, ocorrência de desastres (como o da barragem de Algodões, em Cocal) e o abandono da população do sertão. Quase todas as grandes obras hídricas do atual governo estão paralisadas ou sequer foram iniciadas. São os casos das barragens Tinguís, em Brasileira; Atalaia, em Corrente e

Sebastião Barros; Castelo; Nova Algodões, em Cocal; da barragem e adutora de Santa Cruz dos Milagres; adutoras Padre Lira, em Dom Inocêncio; do Litoral, etapas 1 e 2; Piaus 2; do Sudeste; dentre tantas outras. Segurança Hídrica Algumas ações relativas à manutenção de uma infraestrutura hídrica adequada e de gerenciamento que garantam o abastecimento humano, bem como o atendimento às demandas prioritárias, mesmo no caso de estiagens extremas, são: - Revitalização de açudes: realização de obras de recuperação da capacidade de armazenamento de pequenos e médios açudes, em especial na região semiárida, com desassoreamento dos lagos e recuperação de maciços barrantes e vertedores. Isso aumentará a capacidade de acumulação com a retirada dos sedimentos depositados, e garantirá melhor qualidade da água, permitindo seu uso para fins nobres, como abastecimento humano; - Implantação de sistemas de abastecimento rural por meio de poços: de posse do cadastro de poços existentes no estado da CPRM e da localização georreferenciada pelo IBGE de comunidades rurais, serão implantados pequenos sistemas de abastecimento de água, tendo como manancial os poços com maior capacidade de vazão e melhor localização. Além de permitir uma redução significativa dos gastos com carros-pipas, tal medida trará dignidade às pessoas atendidas e reduzirá a incidência de doenças de veiculação hídrica na zona rural; - Conclusão de obras e implantação de novos sistemas adutores a partir das grandes barragens: tal medida permitirá o atendimento de uma quantidade expressiva de pessoas nas cidades próximas aos reservatórios, garantindo acesso a água de boa qualidade, e reduzindo os custos com tratamento de doenças de veiculação hídrica e com o abastecimento via carro-pipa. Ampliação da Infraestrutura Hídrica Tal ação consiste na implantação de novas obras de barragens e adutoras, com vistas a aumentar a disponibilidade hídrica no estado, permitindo uma maior segurança quanto ao atendimento das demandas atuais e futuras. - Estudos e projetos de novas barragens de médio e grande porte: barragens são essenciais por acumularem água no período chuvoso, e liberarem os volumes armazenados nos meses de estiagem, garantindo fornecimento contínuo, condição indispensável para abastecimento humano e diversas atividades econômicas. São prioritárias as bacias estaduais com cursos d'água predominantemente intermitentes, como as bacias do Canindé, Gurgueia, Poti e Longá; - Projeto de cinturão de integração de adutoras: em períodos muito duradouros de estiagem, como o atravessado pelo Piauí nos últimos dez anos, é comum alguns reservatórios atingirem níveis críticos, culminando em sérios problemas de abastecimento. Uma forma de minimizar este risco de colapso é integrar os vários sistemas adutores, formando um cinturão no qual a água possa ser transportada em diferentes sentidos de escoamento, permitindo que reservatórios mais cheios ajudem no abastecimento de cidades próximas de reservatórios com níveis mais críticos. Tal medida garantirá o atendimento às populações e permitirá que atividades econômicas essenciais sejam minimamente mantidas; - Conclusão dos estudos da Adutora do Sertão e implantação a partir da confirmação da viabilidade: a Adutora do Sertão pode abastecer diversas cidades do semiárido piauiense, a partir de poços já existentes – e abandonados – na região do vale do Gurgueia. Se Confirmada a viabilidade da obra, sua implantação, bem como sua integração ao cinturão de adutoras, traria a segurança hídrica total para as cidades beneficiadas. Como o reservatório subterrâneo sofre menos os efeitos de uma seca prolongada, quando os açudes estivessem em níveis mais baixos, o abastecimento humano seria suprido a partir dos poços, liberando mais água dos reservatórios para usos produtivos, como uso animal e na agricultura. Assim, o Estado economizaria recursos que gasta anualmente com carros-pipas no Piauí, e a disponibilização de mais água para os demais

usos evitaria um colapso das cadeias produtivas, como o verificado nos últimos anos. Medidas de Gerenciamento das Águas e Segurança de Obras Hídricas Além de obras em si, é imprescindível que o Estado seja dotado de um arcabouço institucional que possibilite a tomada de decisões mais adequadas para o manejo das águas superficiais e subterrâneas, de forma a maximizar os benefícios advindos de seu uso, especialmente em situação de escassez. Além disso, ações que garantam o bom funcionamento e a segurança das obras hídricas são essenciais, para evitar prejuízos e, principalmente, tragédias. Assim, propõe-se: - Estruturação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de forma a possibilitar o Gerenciamento dos Recursos Hídricos: tal medida é essencial para a efetiva gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos estaduais. Cuidar bem da água e das estruturas necessárias para sua reservação e adução e garantir sua repartição justa e adequada nas situações de escassez são medidas imprescindíveis para garantir a qualidade de vida da população e o desenvolvimento de suas atividades produtivas; - Plano de Segurança de Barragens: inspeções periódicas, ações tempestivas de manutenção e ações emergenciais de remediação são indispensáveis para a integridade dos barramentos e a segurança das populações no entorno ou dependentes da água ali manejada. Este plano também abrangerá soluções de contingenciamento que indiquem as ações para minimização de perdas humanas e materiais em caso de falhas catastróficas nas obras; - Planejamento Hídrico de Longo Prazo: a partir do fortalecimento institucional da SEMAR-PI e sua despolitização será desenvolvido um planejamento em prol da sustentabilidade hídrica do estado, garantindo as condições para o desenvolvimento econômico e social sustentável e duradouro a partir da ativação de seu potencial hídrico; - Implantação de Centro de Excelência em estudos e pesquisas em recursos hídricos: um dos grandes problemas enfrentados no Piauí é a falta de mão de obra qualificada para desenvolver estudos necessários à gestão adequada dos recursos hídricos. A UESPI, por meio do Centro de Tecnologia e Urbanismo, terá participação decisiva para garantir o sucesso das propostas relacionadas ao aproveitamento das riquezas hídricas do estado. - Implantação de projeto de proteção e revitalização da bacia do rio Parnaíba, para preservar e garantir as condições adequadas do principal manancial de água superficial do estado.

4.2 Infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana

O Governo do Estado incorreu no grave erro de descentralizar a execução das obras de infraestrutura, permitindo que dezenas de órgãos passassem a licitar e executar obras públicas, sem possuírem estas atribuições e sem qualificação técnica para tal. Atualmente há, por exemplo, diversas secretarias e órgãos estaduais que realizam obras rodoviárias no Piauí. A Secretaria de Turismo realiza obras de calçamento. E a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico teve seu estatuto alterado para passar a construir obras estratégicas para o desenvolvimento do Estado. No tocante à infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana, as ações do governo estadual podem ser resumidas nos seguintes tópicos: - Reorganizar o setor rodoviário, retirando esta atribuição dos órgãos que hoje a executam indevidamente, e concentrando-a no DER, SETRANS e SEINFRA; - Criar um fundo de manutenção, conservação e restauração de estradas e pontes, para garantir as condições adequadas de trafegabilidade e de segurança estrutural; - Implantar os contornos rodoviários das cidades em que as BR's cortam sua zona urbana causando grandes transtornos, a exemplo de Picos, Altos e Campo Maior; - Realizar gestão junto ao Governo Federal para alavancar investimentos na malha federal em território piauiense, para manutenção e restauração dos trechos existentes. - Buscar parcerias para reativar a ferrovia entre Altos e Luís Correia, importante canal de ligação entre o norte e o sul

do Estado. - Implantar aeroportos regionais nos territórios de desenvolvimento que ainda não possuem um aeroporto; - Envidar esforços junto ao Governo Federal e buscar parcerias para retomar e concluir o Porto de Luís Correia; 4.3 Saneamento básico. Um dos maiores problemas de Teresina e do estado do Piauí é o saneamento básico. É baixíssimo o percentual de domicílios com rede de esgoto, em torno de 25% na capital e 8% no estado como um todo. No estado o drama é ainda maior. Este problema se reflete diretamente na qualidade de vida da população, nos gastos públicos, na superlotação de hospitais e postos de saúde, nos índices de mortalidade. Investimento em saneamento básico será um dos nossos objetivos primordiais. Neste mote, será diretriz do Governo promover ações transformadoras na busca de parcerias e alternativas de investimento em galerias pluviais e em sistemas de esgotamento sanitário. 4.4 Energia. O Piauí ainda explora um percentual pequeno de seu imenso potencial de geração de energia elétrica. Além da geração hidrelétrica com a Barragem de Boa Esperança, o estado dispõe de índices de insolação e de ventos que o posicionam como uma das regiões com maior capacidade de geração de energia no planeta. E ainda há o potencial de geração por biomassa e termelétricas. Porém, mesmo com esta já significativa participação na matriz energética do país, a população ainda sofre com graves problemas de transmissão e distribuição. A energia entregue para o cidadão e para os setores produtivos é de baixa qualidade. É obrigação do Estado garantir suprimento energético adequado, para dar suporte às atividades produtivas e para atender às famílias piauienses. Desta forma, são compromissos de Estado/Governo: - Envidar esforços para ampliar as linhas de transmissão, distribuição e construir novas subestações, especialmente para atender à demanda crescente no Sul e Sudeste do Piauí, regiões produtivas do Agronegócio e da exploração mineral que mais sofrem com a energia de baixa qualidade ofertada; - Atrair novos investidores para instalação de usinas de geração de energia solar, eólica, solar e de biomassa; - Promover programas de ampliação e qualificação da rede de distribuição de energia em todo o estado; - Articular e construir, em parceria com empresários dos setores do agronegócio, da indústria e de serviços, uma proposta a ser apresentada ao Governo Federal / Equatorial Piauí para implantação de uma política energética sustentável que seja responsável e comprometida com o desenvolvimento regional; - Avançar nos estudos para aproveitamento hidrelétrico do rio Parnaíba, a partir dos trabalhos já realizados em Floriano (Cachoeira) , Amarante (Estreito) e Palmeirais (Castelhano); - Trabalhar pela implantação de novas linhas de transmissão em regiões com potencial reprimido de geração de energia eólica, como o litoral e a região sudeste do Estado. 5. SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. O problema da violência é o que mais atormenta os cidadãos na atualidade. No Piauí, o quadro é extremamente preocupante. Segundo estudo da Organização de Sociedade Civil mexicana Segurança, Justiça e Paz, Teresina é hoje uma das cidades mais violentas do mundo. O número de homicídios, roubos e furtos no estado vem crescendo assustadoramente nos últimos anos e não há qualquer ação concreta do governo do estado para solucionar esse grave quadro. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública o número de estupros no Piauí cresceu; os roubos e furtos de veículos aumentaram; os roubos de carga cresceram; e as ocorrências de tráfico de entorpecentes cresceram também. Vulnerabilidades e problemas na segurança pública do estado - Déficit de contingente: é uma das principais causas da crise de segurança pública no estado. No Piauí temos menos de 6.000 policiais militares na ativa, onde o ideal é de 15.000 policiais. A falta de efetivo resulta em violência e insegurança da população. - A Polícia Civil do Piauí tem efetivo de menos de 2.000 policiais, onde o ideal seria entre 5.000 á 8.000 policiais civis. Isso se traduz

em menos investigações e mais impunidade. - Baixo investimento do Governo do Estado em segurança pública: o Piauí está entre os estados da Federação que menos investem nesta área. - Insuficiência de equipamentos, tais como viaturas, coletes, algemas, detectores de metal, munição, armamento apropriado, distintivos. - Falta de integração dos órgãos de segurança pública em todas as esferas. - Ausência de utilização da tecnologia de informação aplicada à segurança pública. - Ausência ou insuficiência de recursos para as perícias criminais; - Ausência de equipamentos para identificação criminal dos presos com fotografias, perfis genéticos, etc. - Ausência de planejamento estratégico de operações policiais e metas a cumprir. Objetivo - Reduzir a criminalidade no estado do Piauí e devolver a paz e a sensação de segurança aos piauienses, a partir de planejamento, estabelecimento de metas, vontade política, investimento e determinação. Estratégia e Ações - Aumento do quadro técnico e de apoio da Secretaria de Segurança Pública. - Valorização do profissional de segurança pública, com melhoria de salários, treinamento e qualificação, cursos periódicos e melhores condições de trabalho. - Aumento do efetivo de policiais, reduzindo o grave déficit de contingente do estado. - Prevenção da criminalidade – Educação e família: promoção de palestras para crianças e jovens sobre deveres e vida em sociedade. Proteção e preparação das novas gerações. - Promover a integração e o compartilhamento de informações entre os operadores da segurança pública e com a sociedade. - Especialização das polícias – delegacias próprias para determinados tipos de delito. - Estímulo à denúncia de delitos pela população, via registro de ocorrência, disque denúncia ou aplicativos, com campanhas publicitárias do governo. - “Programa Polícia na Rua”: Intensificar as ações de policiamento ostensivo preventivo. Mais viaturas em circulação na capital e no interior. Motopatrulhamento. - Fortalecimento do primeiro atendimento após a ocorrência dos crimes, com o aumento do efetivo e melhores condições dos plantões das delegacias. - Intensificação de políticas de combate à violência contra a mulher e contra a pessoa idosa, com ampliação das redes de proteção no interior do estado. - Criação de grupo interinstitucional de combate à corrupção, integrado por Polícia Civil, MPE, Poder Judiciário, CGU, CGE, TCU, TCE e Receita Federal. - Combate aos crimes de menor potencial ofensivo. - Padronização e investimento na estrutura física das unidades policiais, tornando-as um ambiente adequado para trabalhar e receber o cidadão. - Priorização dos setores de investigação nas unidades policiais, especialmente nas investigações em campo, em relação às demais atividades burocráticas, que devem ser realizadas pelo quadro de pessoal administrativo. - Interiorização das delegacias especializadas com equipes completas – unidades de Polícia Civil e Militar especializadas, como RONE, BOPE, DHPP, DEPRE. Interiorização da perícia criminal. O interior do estado sofre com a falta de efetivo e delegacias especializadas. - Criação de delegacias especializadas no combate a roubos e furtos nas zonas de Teresina. - Aquisição, reposição de equipamento e atualização de Software para: gerenciamento de banco único de dados de suspeitos e indiciados, disponível para todas as unidades policiais; elaboração de Retrato Falado; gerenciamento de banco de dados de microcomparação balística; gerenciamento de banco de dados de impressões digitais; monitoramento de viaturas por GPS; software específico para o monitoramento de evolução do crime (Mapa do Crime). - Implantação de câmeras de segurança e integração do sistema de câmeras de segurança existente (Estado e Municípios); - Integração entre o núcleo de inteligência e o Poder Judiciário para a disponibilização de Cadastro de Usuários de Telefonia Móvel e Fixa. - Ampliação da Perícia Forense, com a implantação e utilização de laboratório de análises de DNA, em consonância com o Projeto de Lei do Senado 179/2018, que ampliará a

rede integrada de bancos de perfis genéticos. Tal laboratório ajudará na resolução de crimes que deixam vestígios biológicos, além de facilitar a identificação de pessoas desaparecidas, demonstrar a inocência de pessoas indevidamente acusadas, etc. - Contratação de Médicos Legistas, Peritos Criminais e Auxiliares de Perícia; - Aquisição de Software para gerenciamento de Banco de Dados para controle de boletins de ocorrência, inquéritos policiais instaurados e remetidos à Justiça. - Integração do gerenciamento dos bancos de dados já existentes em uma só página e/ou Software, para simplificar e tornar mais eficiente o manejo das informações, disponíveis para todas as unidades policiais. - Padronização das Centrais de Flagrantes, melhorando o efetivo e estrutura, bem como criando mais unidades plantonistas em todo interior do Estado; - Envidar esforços e buscar parcerias com os municípios para melhorar o serviço de iluminação pública, combinado com a instalação de câmeras para favorecimento de pontos bases de policiamento ostensivo, principalmente em áreas vulneráveis; - Estudar a viabilidade de criação de fundo específico para a Polícia Civil, ou dotação orçamentária própria como ocorre com a Polícia Militar, a fim de subsidiar sua autonomia administrativa-financeira; - Fomentar a criação/fortalecimento das guardas municipais e as Brigadas de combate e prevenção de incêndios bem como defesa civil; - Realizar planejamento estratégico entre a Delegacia Geral, o Conselho Superior de Polícia Civil e Delegados de Polícia, com o fito da realização de forças-tarefa para contenção de criminalidade. - Intensificação de operações policiais visando o desarmamento (polícia ostensiva); - Promover no âmbito da Secretaria de Segurança a discussão e elaboração de Projeto de Lei Orgânica da Polícia Civil. Corpo de Bombeiros O Corpo de Bombeiros Militar do Piauí trabalha hoje com efetivo muito menor do que o necessário. Existem atualmente menos de 1.000 bombeiros militares no estado, entre oficiais e praças, número insuficiente para atender o Piauí. A instituição sofre também com a insuficiência de viaturas e equipamentos para o desempenho de suas atividades de combate a incêndios, salvamentos terrestres, aquáticos e em altura. É imperioso adotar medidas para a valorização, suporte e manutenção das atividades dessa valorosa corporação a partir de 2023: - Ampliar o quadro efetivo do Corpo de Bombeiros Militar; - Proceder à descentralização do Corpo de Bombeiros para as cidades de Oeiras, São Raimundo Nonato, Corrente, Piripiri, Esperantina, Bom Jesus e Campo Maior, conforme previsto na Lei 5.949/09; - Adquirir veículos de combate a incêndio urbano; - Adquirir veículos de busca e salvamento; - Adquirir veículos de resgate (ambulância de resgate); - Adquirir motos de salvamento aquático.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. 6.1 Agronegócio A inserção definitiva do Piauí no Agronegócio brasileiro é compromisso de Estado. O crescimento do consumo mundial de proteína, especialmente nas regiões com maior velocidade de expansão da população e crescimento de suas economias, é uma realidade. Este processo de aumento no consumo de proteínas de origem animal amplia a demanda por rações para bovinos, suínos, aves e peixes, rações estas que têm entre seus componentes proteicos o farelo de soja, e energético, o milho. Esta realidade aponta para o crescente desenvolvimento do agronegócio, que no Brasil já representava, em 2016, 23,5% do PIB, e que tem perspectiva de mercado crescente pelo menos nos próximos 20 anos. No Piauí há uma curva ascendente em área plantada e produtividade. Dados da CONAB, safra 2017/18, apontam uma área plantada de soja no Piauí superior a 700 mil hectares e produção de mais de 2 milhões de toneladas. A soma das áreas de milho, algodão e outras culturas também apresenta um crescimento constante, atingindo quase 1,5 milhão de hectares. Uma questão a ser considerada é que na cadeia produtiva do agronegócio a produção propriamente dita representa em torno de 30% da riqueza gerada, os

outros 70% estão antes ou depois da porteira. São os insumos agrícolas, os maquinários e o beneficiamento da produção. No caso da soja, há uma grande esmagadora na Planta Industrial Bunge, em Uruçuí-PI, com capacidade estimada de 800 mil toneladas/ano. A produção, então, quando não é beneficiada nesta indústria, segue in natura para exportação via Porto de Itaqui, no Maranhão. Já o milho é parte vendido in natura para o mercado interno do Nordeste (aves, suínos, etc), e parte exportado, também, via Porto de Itaqui. Entretanto a infraestrutura ofertada pelo Estado do Piauí ainda é um sério entrave para o crescimento do Agronegócio em seu território; - Trabalhar pela instalação de mais quatro novas subestações na região dos cerrados, para atendimento da demanda atual reprimida. Atualmente existe uma subestação em Ribeiro Gonçalves, com transmissão em 500 KV e expectativa de outra a ser implantada;

6.2 Turismo. A indústria do Turismo, com característica peculiar e forte influência na geração de emprego e renda, se ressentida há décadas de um compromisso maior dos governos e de um planejamento governamental de curto e médio prazo que contemple, de modo efetivo, a promoção e divulgação dos atrativos turísticos do Piauí. O Estado já consolidou três grandes áreas como principais atrativos e de maior interesse de visitação: os polos Costa do Delta, de Teresina e das Origens. Estas regiões turísticas estão contempladas entre os 65 destinos indutores do turismo identificados pelo Ministério do Turismo. São compromissos de Estado/Governo nesta área: - Fortalecer a Secretaria Estadual de Turismo, definindo seu quadro de pessoal e implantando seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários para que seja efetivamente elaborada e executada a política estadual de turismo; - Promover a qualificação dos servidores da SETUR, além de estimular a qualificação profissional e empresarial na área do turismo; - Somar esforços junto à INFRAERO para ampliação da estação de passageiros e conclusão da reforma do Terminal Aeroportuário Petrônio Portela – Aeroporto de Teresina, cujo projeto encontra-se elaborado, aguardando inclusão no orçamento da União e/ou PAC; - Concluir as obras do Centro de Convenções de Teresina; 25 - Buscar parcerias para construir o novo Centro de Convenções e Eventos em Teresina; - Concluir a 2ª etapa da Adutora do Litoral para fornecer água de qualidade aos municípios de Luís Correia, Cajueiro da Praia e Ilha Grande; - Melhorar os acessos às praias e aos destinos turísticos consolidados; - Duplicar a PI-116, da sede do município de Luís Correia ao Coqueiro; - Implantar projetos de sinalização turística nas rodovias e acessos, especialmente nos municípios de Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande, Cajueiro da Praia, São Raimundo Nonato e Coronel José Dias; - Buscar parcerias para modernização dos terminais rodoviários nos principais destinos turísticos do estado, iniciando por Parnaíba, Luís Correia e São Raimundo Nonato; - Melhorar a oferta de água no Polo das Origens, especialmente nos municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias; - Buscar parcerias para construção de um Centro de Eventos em Parnaíba; - Construir a Marina de Luís Correia.

6.3 Recursos Minerais. O setor mineral sempre foi esquecido pelos governos estaduais, nunca foi uma prioridade. O Piauí necessita passar por um processo de profissionalização quanto à exploração de seus recursos minerais. Somente nos últimos anos o estado começou a agir no setor, e o Piauí chegou a ser o 3º estado em requerimento de autorização de estudos minerais. Porém, muito pouco investimento se concretizou, devido ao amadorismo do Governo do Estado, ao descompasso entre Governo e empresas, à falta de consistência e confiabilidade de informações, à falta de infraestrutura de transporte, fornecimento de água e energia e à insegurança jurídica para o investidor quanto à propriedade dos imóveis, quanto às ocorrências minerais, ou ainda quanto aos direitos de pesquisa mineral. Este cenário inviabiliza o aproveitamento das enormes potencialidades do

estado. O semiárido detém o maior potencial de impacto econômico na economia piauiense em Mineração, com cerca de 80% das possibilidades de exploração de minerais metálicos (como ferro, ouro, cobre e molibdênio) e gemas no Piauí. A vida útil de uma jazida de porte médio é de 50 anos. E para cada emprego direto, anualmente são gerados 5 empregos indiretos. Por outro lado, a Caatinga, bioma do semiárido, é um dos mais ricos em biodiversidade do planeta; há comunidades quilombolas e 26 outros agrupamentos tradicionais na região; e o semiárido é marcado pela escassez hídrica. Estes fatores demonstram que não se pode falar em mineração no semiárido sem responsabilidade social. A exploração das riquezas naturais será acompanhada de: ações de promoção do envolvimento das comunidades locais nos projetos; participação das entidades ambientais; atendimento aos preceitos ambientais legais. O governo terá máxima atenção a estes desafios, bem como a todos os demais aspectos do Plano PDES-2050. A ação do governo para resolver definitivamente este problema será pautada nos seguintes pontos-chave: - Fortalecer a Secretaria Estadual de Mineração, órgão com importância estratégica e hoje sem qualquer apoio institucional, capacitando-a para promover a formação de parcerias entre os detentores do direito de pesquisa e os investidores interessados em instalar-se no Piauí, além de parcerias efetivas da mineração com as energias renováveis. - Viabilizar a elaboração pela Secretaria do Cadastro dos Usuários de Recursos Minerais do Estado, de modo a fornecer informações rápidas e seguras às empresas, à sociedade e ao próprio Estado. - Promover a Mineração com Responsabilidade Social. - Estimular a Mineração com Selo Verde, que é o casamento entre a atividade mineral e as fontes alternativas de energia (especialmente solar e eólica), devido ao funcionamento diuturno das mineradoras e a grande quantidade de energia que consomem, recurso hoje insuficiente em relação ao potencial mineral da região. - Promover outros projetos de mineração de não-metálicos (óleo, gás, argilas, calcário) na bacia Sedimentar do Parnaíba, que podem ser explorados com viabilidade econômica.

6.4 Desenvolvimento Regional Vocacionado

Um dos maiores propulsores da economia é a exploração das vocações locais da sociedade. Por meio de programas de capacitação, financiamento e apoio logístico, o Governo do Estado estimulará o fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais em todos os municípios do Piauí, gerando oportunidades de trabalho e promovendo um salto na renda per capita da população. Propostas: - Desenvolver e implantar um plano de desenvolvimento regional, baseado em mapeamento das aptidões de negócios no Estado e na análise das informações dos principais setores de arranjos e cadeias de produção do Estado. - Fomentar a criação de consórcios intermunicipais de desenvolvimento regional e organizá-los em APLs, formar incubadoras, fornecer cursos de capacitação, organizar rodadas de negócios, promover as empresas em canais regionais, prepará-las para o comércio exterior; - Estimular a organização dos pequenos negócios nas diversas regiões em seus mais variados ramos de atividade por meio do associativismo e cooperativismo, de modo a proporcionar a estruturação desses importantes mecanismos de organização empresarial; - Incentivar ações de treinamento e capacitação técnica e empresarial nos APLs, considerando-se a similaridade de processos e até mesmo dos desafios de gestão. - Divulgar, via web, metas, resultados, programas e ações do Governo Estadual referentes ao desenvolvimento regional e encadeamento produtivo, facilitando o acesso às informações.

7. DESENVOLVIMENTO RURAL

O Desenvolvimento rural ocorrerá a partir das seguintes linhas de ação: - Apoiar os produtores da Agricultura Familiar em todo o processo de exploração – acesso à terra, água, capacitação, fortalecimento organizacional, venda da produção excedente, acesso às políticas públicas,

capacitação produtiva e inclusiva dos jovens, mulheres e comunidades quilombolas, acesso a sementes e mudas, pequenas agroindústrias de beneficiamento e agregação de valor aos produtos; - Fomentar o programa de fortalecimento da cajucultura em apoio à recomposição de áreas de produção – perda de mais de 50% da área plantada, distribuição de mudas, equipamentos para preparo de solo, assistência técnica e extensão rural (ATER); - Fortalecer a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, por meio de ATER, matadouros, Sistema de Inspeção Municipal (SIM), ADAPI, suporte hídrico e alimentar etc; - Apoiar a cadeia produtiva da Apicultura desde sua produção, recomposição de áreas de florada apícola, casas de beneficiamento de mel, legislação, exportação, capacitação e organização; - Reconhecer e fortalecer as Câmaras Técnicas Setoriais das diversas atividades produtivas, importante espaço de discussão e proposições relativas a todos os elos das cadeias produtivas, com a finalidade de aproveitamento de sugestões nas ações governamentais; - Estimular a utilização racional de parte dos mananciais de água existentes (barragens e lago de Boa Esperança) nas atividades de piscicultura e pequena irrigação, propiciando as condições de infraestrutura, ATER, logísticas necessárias, capacitação, acesso a mercados; - Apoiar os municípios para a implantação dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), buscando facilitar o acesso a mercados institucionais e outros; - Desenvolver ações atinentes à questão hídrica no meio rural, ainda carente de soluções para o consumo humano e animal, por meio da construção de mais mananciais, cisternas, poços, adutoras, bem como utilização racional dos já existentes; - Realizar parcerias entre SDR, SEMAR e outros entes ligados à Educação Ambiental, para que as atividades produtivas atentem para a legislação vigente, que os danos a serem causados ao meio ambiente sejam sanados ou minimizados e que ações de reparação de danos já causados sejam executadas em processo; - Apoiar, no caso dos cerrados, os produtores com as demandas já apresentadas – energia, água, estradas etc –, agindo também na questão fundiária e respeito ao meio ambiente; - Estruturar o Sistema Estadual de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em todos os aspectos demandados (equipamentos, valorização de pessoal, qualificação profissional, logística, recursos humanos, dentre outros);

7.1 Regularização Fundiária

A situação fundiária desordenada no Piauí traz consequências que entravam o desenvolvimento social e econômico do Estado. O enfrentamento do problema com a devida técnica e o necessário cuidado permite uma maior circulação de renda e uma oportunidade na geração de empregos, em razão do natural aumento de circulação de capital, decorrente das transações imobiliárias dotadas de juridicidade. Não se pode olvidar que este é um setor que atinge não só a camada menos abastada da sociedade, mas também influencia diretamente nos grandes investimentos do Estado, na medida em que os empreendedores buscam um espaço cada vez mais seguro para aportar os seus recursos. Com efeito, se o ganho social para a população de baixa renda é óbvio, em função da formalização da propriedade produtiva, ou da sua moradia, emprestando dignidade aos hipossuficientes, também é quase que tautológica a compreensão de que somente será possível atrair investimentos relacionados à Terra (seja ela urbana ou rural), se houver uma segurança jurídica capaz de assegurar e justificar qualquer tipo de investimento local. A situação atual é de completa insegurança em todo ramo de atividade relacionado ao setor imobiliário, seja ela do setor produtivo, seja ela do setor de serviços. Isto decorre de uma incapacidade de gestão adequada do patrimônio público, através das Ações Discriminatórias, além de um expediente não dialogado de solução de conflitos. Estima-se que vários imóveis do Estado tenham algum tipo de irregularidade. Desde um vício na matrícula até a inexistência de

registro é possível elencar uma série de situações antijurídicas no segmento fundiário o que reconhecemos que neste últimos quatro anos houve um avanço pra melhor na situação de registros, resolutividade jurídica e do acervo documental. Por isso, com a intenção de trazer de volta ao mundo jurídico bens de valor considerável, a preocupação com a matéria deve envolver ações urgentes. Será prioridade do Governo do Estado a partir de janeiro de 2023: - Aplicar a Lei Federal nº 13.465/2017, no sentido de executar programas de Regularização Fundiária, seja ela rural ou urbana; - Elaborar um Plano de Regularização Fundiária Rural, identificando as áreas mais carentes de suporte estatal, bem como catalogando as áreas de maior incidência de conflitos relacionados às terras; - Dar maior autonomia para que a autarquia Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) consiga promover ações discriminatórias em todo o estado, formalizando as áreas públicas estatais e promovendo a titulação dos ocupantes com os instrumentos jurídicos adequados; - Apoiar os municípios para que estes promovam sua Regularização Fundiária Urbana, por meio do INTERPI ou da Agência de Desenvolvimento Habitacional do Estado do Piauí; - Atuar institucionalmente junto ao legislativo para que atualize as leis estaduais relacionadas à Regularização Fundiária.

8. CULTURA, ESPORTE E LAZER

As políticas públicas de cultura, esporte e lazer são instrumentos de inclusão social, melhoria de qualidade de vida e saúde para toda população.

8.1 Cultura

O Piauí necessita fortalecer a identidade do seu povo, realçando as características marcantes das suas diversas regiões e promovendo ações que divulguem e provoquem no piauiense o interesse por sua cultura. Portanto, serão diretrizes do próximo governo nestas áreas: - Apoiar atividades culturais em todo o território do Estado, priorizando polos turísticos e culturais já consolidados, como a Serra da Capivara e Serra das Confusões, propiciando o surgimento de vetores de desenvolvimento regional; - Estimular e potencializar a vocação do sudeste piauiense, a partir de seu patrimônio cultural e natural, aproveitando a estrutura já em desenvolvimento na região, como, por exemplo, gastronomia, guias turísticos e hotelaria; - Fomentar a implantação de museus, centros culturais, teatros e novos parques ambientais, além de manutenção e revitalização dos já existentes, nos territórios de desenvolvimento do Estado; - Criar mecanismos de parcerias com a sociedade para que se envolva em ações relacionadas à cultura, patrimônio cultural e à identidade piauiense; - Promover a valorização do patrimônio histórico cultural piauiense, a exemplo do artesanato ceramista, da arte santeira, da cajuína, da cultura musical de Teresina, das rendas e bicos no litoral; - Buscar parcerias com Ministério da Cultura e IPHAN para restauração dos casarios históricos tombados pelo patrimônio histórico nas cidades centenárias do Piauí.

8.2 Esporte e Lazer

As ações para o Esporte e Lazer ajudam na construção de uma sociedade mais humana, promovendo a integração das pessoas e estimulando a cidadania. O Esporte e o Lazer são elementos importantes no desenvolvimento integral dos cidadãos, pois desenvolvem a autoconfiança e a autoestima, hábitos saudáveis de vida, superação de limites, o respeito às individualidades e às diferenças, o espírito de grupo, e promovem a inclusão das pessoas no contexto social em que vivem. Assim como no tocante à Cultura, tanto na capital quanto no interior a população se ressentia das poucas opções de lazer e prática de esportes que dispõe, em comparação aos demais estados da federação. É obrigação do Governo oferecer as condições adequadas para a diversão de seus cidadãos em seus momentos de descanso, atividade física e convívio familiar. Para atender a contento esta nobre demanda serão tomadas as seguintes medidas: - Desenvolver programas de esporte e lazer em ações transversais com os órgãos ligados a Educação, Saúde, Cultura, Meio Ambiente, Juventude,

Turismo, Assistência social e outras, além de articular esses programas com os projetos em andamento no governo Federal; - Promover a descentralização das ações desenvolvidas em espaços públicos, atualmente muito concentradas na capital Teresina; - Equipar e melhorar os espaços para a prática esportiva e de lazer nos municípios do Estado, principalmente nas cidades onde ainda não existem ambientes adequados; - Fomentar a prática do esporte educacional, do esporte de participação e do esporte de alto rendimento, em atuação conjunta com entidades esportivas e a sociedade organizada; - Programar calendário anual de eventos esportivos e de lazer que contemplem a participação das pessoas; - Recuperar, sinalizar e aumentar a malha de ciclovias nas cidades do Piauí; - Construir bicicletários em pontos estratégicos das cidades; - Promover a conscientização da importância da prática de atividades esportivas e de lazer para a saúde e qualidade de vida, com diagnóstico das condições físicas, prescrição das atividades e acompanhamento dos resultados; - Adequar os espaços e horários da infraestrutura esportiva disponível para o atendimento ao público da melhor idade; - Incentivar a prática de esportes alternativos aos mais tradicionais, como o skate, escalada, bicicross, patins, e esportes de aventura, com o devido acompanhamento pedagógico e segurança necessária; - Apoiar jovens talentos esportivos, em parceria com instituições de ensino, federações esportivas e iniciativa privada, em projetos de formação de atletas de alto desempenho; - Promover o Circuito Piauiense de corrida de rua; - Fomentar as atividades de dança em suas diversas modalidades; - Fazer parcerias com empresas privadas para implantar escolinhas de futebol em todo o Piauí; - Realizar campanha para promoção e incentivo ao esporte feminino.

9. POLÍTICAS ESPECIAIS

9.1 Meio Ambiente

A primeira iniciativa do novo governo a partir de 2019 será promover uma estruturação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que envolverá capacitar seu quadro de pessoal e aquisição de software e hardware necessários ao bom desenvolvimento das atividades do órgão, criando condições para uma maior efetividade e celeridade nos processos de licenciamento ambiental. Além disso, são compromissos nesta área: - Fortalecer a SEMAR para implementação das políticas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de modo integrado, em nível de unidades de planejamento / bacia hidrográfica; - Fazer cumprir e fortalecer a Política Estadual de Educação Ambiental, que dispõe sobre a Educação Ambiental, criada pela Lei 6565/2014; - Desenvolver parcerias entre Estado e prefeituras municipais para promover a capacitação destes municípios para habilitação ao ICMS Ecológico e desenvolverem competências para gerenciamento de questões ambientais; - Aumentar o número de Unidades de Conservação Estaduais. O Piauí possui atualmente apenas dez unidades de conservação, entre elas o Parque Estadual do Cânion do Poti, o Parque Estadual do riacho Rangel e o Parque Estadual do Zoobotânico já entregue para a iniciativa privada por meio de uma PPP, além de Áreas de Proteção Ambiental e da Estação Ecológica Serra Branca na região de São Raimundo Nonato. - Envidar esforços junto ao Comando-Geral da Polícia Militar para o fortalecimento do Batalhão de Polícia Ambiental, com reforço logístico, tecnológico, estrutural e de pessoal para o enfrentamento dos crimes ambientais no Estado.

9.2 Apoio à Terceira Idade

O envelhecimento populacional tem sido um dos maiores desafios para a gestão pública. O aumento de idosos requer atenção diferenciada, com uma maior oferta de serviços especializados para este seguimento da população. Os Centros-Dia são espaços para idosos que oferecem convivência, lazer e reabilitação, e estão previstos na Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). Prestam um serviço de proteção social especial de média complexidade, e se caracterizam como um espaço para

atender idosos com alguma limitação e que, na maioria das vezes, residem ou mantêm vínculos com seus familiares, mas não dispõem de atendimento em seus domicílios. O Centro-Dia é uma modalidade não-asilar de atendimento. Assim, são propostas de nosso futuro governo: - Criar Centros-Dia para idosos; - Ampliar e melhorar as instalações das Instituições de Longa Permanência do Estado, situadas em Teresina, Parnaíba e fomentar a regionalização.

9.3 Empreendedorismo Em um estado onde os pequenos negócios representam praticamente a totalidade das empresas ativas e no período de crise atual por que passa a economia os pequenos negócios demonstram ser os maiores responsáveis pelo saldo líquido de empregos gerados, a responsabilidade do poder público como impulsionador do empreendedorismo e do desenvolvimento aumenta. Propostas: - Criar políticas públicas e mecanismos para o fiel cumprimento da legislação de incentivos às Micro e Pequenas Empresas, nos moldes da Lei Complementar nº 123/2006; - Estimular o parlamento estadual para criação de uma Frente Parlamentar voltada às questões relacionadas às Micro e Pequenas Empresas; - Estruturar e criar ambiente e tratamento especial aos pequenos negócios e empresas na estrutura organizacional do Estado do Piauí, especialmente nas Secretarias voltadas aos negócios privados, como é o caso da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e da Secretaria de Estado de Administração, Recursos Humanos e Previdência Social que possuem identidade com a Lei Complementar nº 123/2006; - Criar estrutura organizacional ligada ao Gabinete do Governador com o fim de fazer a interface com todos os órgãos estaduais e ações voltadas ao empreendedorismo e aos pequenos negócios (SEAD, SEDET, SETRE); - Instituir programas, políticas públicas voltadas à redução da informalidade dos pequenos negócios; - Estruturar os setores de compras do Estado, facilitando o acesso aos pequenos negócios e priorizar o pagamento aos pequenos negócios; - Fortalecer a PIAUÍ FOMENTO, a Agência de Fomento do Estado, criada pela Lei Estadual nº 5.823/2008, no cumprimento de seu objetivo social, permitindo a Agência conceder apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas e produtores rurais. - Ampliar, no orçamento-geral do Estado, as linhas de crédito para parte das operações dos pequenos negócios; - Criar nos órgãos correlatos as Salas do Empreendedor, e ampliar os espaços para atendimento e orientação a estes.

9.4 Empreendedorismo Social

É importante, nos tempos atuais, que se busque integrar o empreendedorismo social como uma ação de governo balizado por políticas públicas de Estado, estabelecendo uma nova postura nesta área com a consolidação de um núcleo de ações efetivas que visem estimular o empreendedorismo social no Piauí, cujos objetivos seriam assim constituídos: - Estimular novos empreendedores sociais no Piauí, apoiando eventos formadores de gestores e qualificação de voluntários sociais; - Manter uma rede de interligação entre Associações, Fundações, ONGs, OS e OSCIPs que promovam o empreendedorismo social no Estado; - Fomentar ações que permitam uma consistência de empreendedorismo social no Estado; - Promover a utilização de técnicas de gestão, inovação, criatividade e sustentabilidade com o propósito de maximizar o capital social no Piauí; - Qualificar e dar suporte às instituições de empreendedorismo social no que concerne aos mecanismos de obtenção de recursos humanos e financeiros; - Adotar políticas públicas que auxiliem instituições de 3º setor por meio de um órgão que realize a mediação e o gerenciamento de ações na área, ofertando suporte ao empreendedorismo social.

ESTE PLANO DE GOVERNO SERÁ REGISTRADO EM CARTÓRIO ASSINADO UMA CLÁSULA DE RENÚNCIA COM TERMOS ESPECIFICOS PARA DÁ A DEVIDA VÁLIDADE DENTRO DO CONTEXTO DA PREVISIBILIDADE E DA IMPREVISIBILIDADE.